Diário Oficial

ESTADO DE SÃO PAULO

ANO XC

SÃO PAULO — SÁBADO, 14 DE JUNHO DE 1980

NÚMERO 110

PODER EXECUTIVO

LEI N.º 2.359, DE 13 DE JUNHO DE 1980

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mococa, com sede em Mococa

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — É declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mococa, com sede em Mococa.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 13 de junho de 1980.

PAULO SALIM MALUF

José Carlos Ferreira de Oliveira, Secretário da Justiça

Antonio Salim Curiati, Secretário da Promoção Social

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 13 de junho de 1980.

Esther Zinsly, Diretor (Divisão — Nível II).

LEI N.º 2.360, DE 13 DE JUNHO DE 1980

Altera a redação do artigo 1.º da Lei n.º 476, de 21 de outubro de 1974

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que, nos termos dos §§ 1.º e 3.º do artigo 24 da Constituição do Estado, promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — O artigo 1.º da Lei n.º 476 de 21 de outubro de 1974, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 1.º — Fica a Fazenda do Estado autorizada a alienar, por doação, ao Município de Araçatuba, área de terreno ali situada, caracterizada na Planta n.º 4.052 da Procuradoria Geral do Estado, destinada à abertura de vias públicas, ao loteamento de terras para construção de casas populares e à instalação de dependência da administração municipal, com as seguintes divisões e confrontações:

inicia no ponto «A», situado no alinhamento da Rua Oiapoque; daí, segue no alinhamento dessa rua, na distância de 166 m (cento e sessenta e seis metros), até o ponto «B»; daí, deflete à direita e segue, confrontando com próprio estadual na distância de 458 m (quatrocentos e cinquenta e oito metros), até o ponto «C»; daí, deflete à direita e segue confrontando com próprio estadual, na distância de 166 m (cento e sessenta e seis metros), até o ponto «D»; daí, deflete à direita e segue confrontando com próprio estadual, na distância de 458 m (quatrocentos e cinquenta e oito metros), até o ponto «A», encerrando a área de 76.028 m² (setenta e seis mil e vinte e oito metros quadrados).»

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 13 de junho de 1980.

PAULO SALIM MALUF

José Carlos Ferreira de Oliveira, Secretário da Justiça

Guilherme Afif Domingos, Secretário de Agricultura e Abastecimento

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 13 de junho de 1980.

Esther Zinsly, Diretor (Divisão — Nível II).

LEI COMPLEMENTAR N.º 237, DE 13 DE JUNHO DE 1980

Retifica enquadramento de cargo do Anexo II, Faixa II, do Decreto-lei Complementar n.º 11, de 2 de março de 1970, e dá providências correlatas

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que, nos termos dos §§ 1.º e 3.º do artigo 24 da Constituição do Estado, promulgo a seguinte lei complementar:

Artigo 1.º — Fica retificado para Mestre de Oficina, PP-II, referência «13», mantido na Faixa II, Anexo II, Poder Executivo, o enquadramento do cargo de Artífice, antiga referência «22», ocupado por Max mo Fumagali, levado a efeito, para Marceneiro, FP-III, referência «10», pelo Decreto-lei Complementar n.º 11, de 2 de março de 1970, e previsto na Lei Complementar n.º 32, de 15 de dezembro de 1970.

Artigo 2.º — Dos pagamentos decorrentes da aplicação desta lei complementar serão deduzidas as importâncias já percebidas, a partir de 1.º de março de 1970, pelo funcionário por ela abrangido, relativamente a cargos, funções ou atribuições a ele correspondentes.

Artigo 3.º — Aplicam-se, no que couber, nas mesmas bases, termos e condições, ao cargo de que trata esta lei complementar, as disposições do Decreto-lei Complementar n.º 11, de 2 de março de 1970, com as modificações introduzidas pelo Decreto-lei Complementar n.º 13, de 25 de março de 1970.

Artigo 4.º — O título de servidor abrangido por esta lei complementar será apostilado pela autoridade competente.

Artigo 5.º — As despesas decorrentes da aplicação desta lei complementar correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento-Programa.

Artigo 6.º — Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1.º de março de 1970 e adaptando-se o seu conteúdo às disposições da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978, e alterações posteriores.

Palácio dos Bandeirantes, 13 de junho de 1980.

PAULO SALIM MALUF

Affonso Celso Pastore, Secretário da Fazenda

Wadih Helu, Secretário da Administração

Kunitomo Watanabe, respondendo pelo expediente da

Secretaria de Economia e Planejamento

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 13 de junho de 1980.

Esther Zinsly, Diretor (Divisão — Nível II)

LEI N.º 2.355, DE 29 DE MAIO DE 1980

Autoriza a Fazenda do Estado a alienar, por venda, imóvel situado no Município de Urânia

Retificação

Artigo 1.º — na 8.ª linha

onde se lê:

« alinhamento da estaca vicinal »

leia-se:

« alinhamento da estrada vicinal »

Retificação do D. O. de 10-11-78

Na Lei Complementar n.º 201, de 9-11-78, artigo 17, Parágrafo único, onde se lê: serão precedidos de concurso público de provas de títulos; leia-se: serão precedidos de concurso público de provas e títulos

NESTA EDIÇÃO

LEIS

- Declarando de utilidade pública entidade beneficente ... página 1
- Alterando a redação do artigo 1.º da Lei n.º 476, de 21-10-74 página 1

LEIS COMPLEMENTARES

- Retificando enquadramento de cargos página 1

DECRETOS

- Dispondo sobre abertura de crédito suplementar Página 2
- Alterando a estrutura de unidades administrativas da Secretaria da Saúde Página 5
- Dispondo sobre a criação de Centros de Saúde Página 5
- Dispondo sobre a reclassificação de unidades sanitárias Página 6
- Autorizando a doação de máquinas de escrever e veículos usados Página 7

CONCURSOS

- Servidores para a Procuradoria Geral do Estado — Convocação para provas Página 62
- Servidores para a Delegacia de Ensino de Itu — Convocação para escolha de vagas Página 66
- Servidores para a Delegacia de Ensino de Mauá — Convocação para escolha de vagas Página 66
- Servidores para a Secretaria da Saúde — Inscrições — Convocação para provas — Classificação Página 66
- Continuo porteiro para o Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto — UNESP — Inscrições aprovadas e convocação para provas Página 72

COMUNICADOS

- Circula com esta edição o Boletim TIT n.º 103, do Tribunal de Impostos e Taxas

BOLETIM JUCESP

Conforme convênio celebrado entre a Imprensa Oficial do Estado S/A e a Junta Comercial do Estado de São Paulo, o Diário Oficial passará a editar, semanalmente, a partir do dia 19 de junho, às quintas-feiras, um suplemento denominado BOLETIM JUCESP, que integrará o seu caderno "INEDITORIAIS", destinado à divulgação dos atos oficiais da Junta Comercial, na área referente ao Registro do Comércio, bem como outros de interesse nas áreas de Armazéns Gerais, Leiloeiros, Tradutores e Intérpretes.

NOVOS PREÇOS DE PUBLICIDADE

A partir de 16 de junho, serão os seguintes os preços de publicidade no Diário Oficial do Estado e Diário Oficial do Município:

- Atas, balanços, convocações, editais, extratos, etc.
Por centímetro de coluna ... Cr\$ 195,00
- Editais de proclamas de casamento Cr\$ 510,00
- Documentos perdidos (3 vezes) Cr\$ 325,00